



## GOVERNO NÃO CUMPRE ACORDO SALARIAL

Pela primeira vez em sua existência o Banco Central deixa de cumprir um acordo salarial, pactuado após 33 dias de greve que mobilizou, praticamente, a totalidade de seu esclarecido quadro funcional. Não dá para medir o grau de frustração dos crédulos funcionários, ativos e aposentados, diante de tamanho descaso. Entretanto, essa quebra de compromisso não é um fato isolado e serve para nos lembrar que, hoje, o País vive um triste momento onde “palavras são palavras, nada mais que palavras”. Leia a íntegra da matéria na [página 2](#)



## Federação tem novo presidente

A Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco Central – FASBACEN tem novo presidente. Trata-se de Cid Jorge Haui, presidente da ABACE

[Página 11](#)



## Presidente do SINAL fala sobre o reajuste salarial

Um ano após seu início, em 21.02.05, campanha salarial ainda não acabou.

[Páginas 4 e 5](#)



### CASSI

Conselho Deliberativo aprovou convênio.

[Página 06](#)

### CENTRUS

Novos benefícios ainda sob exame.

[Página 3](#)

### EDITORIAL

Que País é esse?

[Páginas 2](#)

## Editorial

# Que país é esse?

O recente episódio do não cumprimento pelo Governo do acordo relativo ao reajuste salarial dos estatutários gerou uma crise de credibilidade sem precedentes na história da relação entre os funcionários, aposentados e ativos, e a instituição Banco Central.

Dada a indiferença com que os dirigentes têm reagido, ou melhor, não têm reagido, é lícito imaginar que nenhum deles, envolvidos nas negociações, já aquilata o grau de frustração, nem o prejuízo que a quebra da palavra empenhada causou para o futuro do relacionamento com o competente quadro funcional, o maior patrimônio do BACEN.

Entretanto, essa quebra de compromisso não é um fato isolado, serve para nos lembrar que hoje o País vive um triste momento onde "palavras são palavras, nada mais que palavras".

Faz-se longe o tempo em que o fio de bigode era uma prova de honradez e cumprimento da palavra.

Quando o exemplo não vem de cima, ocorre, via de regra, um esgarçamento do tecido social, passando a imperar a lei de Murici, onde cada um cuida de si.

Quando a autoridade não



cumprir com sua obrigação, passa a não ter estofo para cobrar e aí, sem autoridade, transige com o pequeno delito do qual decorre o grande delito. Não é de se estranhar o grau de violência instalado nas cidades brasileiras, fruto do egoísmo de muitos, da falta de exemplo, da quebra de palavra e, sobretudo, da ausência da autoridade.

Ninguém ignora que a crise de credibilidade está instalada em todas as esferas de poder.

Em que pese os esforços de alguns congressistas sérios, a imagem do Congresso Nacional nunca foi tão ruim. A falta de respeito com a coisa pública, mostrado de modo esvicerado pelas CPI's, é de corar monge de pedra.

O Supremo que aí está, o mesmo que aprovou a contribuição dos inativos do serviço público, jamais foi tão contestado, particularmente na pessoa de seu presidente, devido as suas decisões eivadas de cunho político, em seu pior sentido, e sobretudo, pela forma imperial e arrogante com que trata seus pares.

O Governo por sua vez tem se notabilizado por se mostrar lento, e sem coordenação, isto para não falar na falta de compromisso particularmente com as promessas de campanha, uma delas a de que não proporia a contribuição previdenciária dos inativos.- O que dizer, então, da forma pela qual se conseguiu aprovar essa contribuição -.

Diante desses tristes aconte-

## AÇÃO DOS 28,86% POSIÇÃO DO BACEN

Como se sabe, o Supremo decidiu que o aumento de 28,86% dado aos militares em 1993 também é devido aos funcionários do BACEN, pertencentes ao segmento RJU. O Banco Central não recorreu da decisão.

Falando a respeito, o diretor de Administração, João Antônio Fleury Teixeira, declarou que o entendimento do BACEN é de a sentença só se aplica àqueles que postularam o índice e que, contrariamente, ao que muitos imaginam, ela não autoriza a incorporação aos salários, tanto é assim, que o SINAL entrou com um recurso junto ao Supremo pedindo a incorporação, arrematou Fleury.

Disse o diretor que, tão logo o Banco seja notificado oficialmente dessa nova ação que pede a incorporação do mencionado reajuste, irá recorrer.

Por último, informou que, no entendimento do BACEN, o reajuste de 28,86% só se aplica ao período que vai de janeiro de 1993 a agosto de 1993 e que não cabem novas ações em vista da prescrição.

tecimentos, a ninguém é dado o direito de se conformar sem se indignar. É certo que aposentados só podem fazer greve de fome, no entanto lhes é lícito engrossar fileiras, incentivando e apoiando os colegas da ativa a rechaçarem esse tipo de comportamento adotado pelas autoridades. É preciso contestar e denunciar essas coisas. E foi a força dessa indignação que levou o Presidente Meirelles a solicitar, formalmente, à Casa Civil, a retirada do artigo 5º do PL, reconhecendo que essa não seria a melhor forma de encaminhar solução para o problema da

segurança no BC. A outra consequência, da santa reação do quadro, foi o encaminhamento do PL ao Palácio do Planalto.

Essa quebra de compromisso não é um fato isolado, serve para nos lembrar que hoje o País vive um triste momento onde "palavras são palavras, nada mais que palavras".

Lamentavelmente, a população brasileira estarecida não sabe mais em quem acreditar, pois o governo, o congresso e a justiça, em grande medida, não têm feito por onde receber essa confiança. - Que país é esse?



Associação Brasileira de Aposentados do Banco Central - ABACE

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Ruy T. de Pinho  
Constantino A. Vieira Filho  
José Roberto da Silva  
Sérgio S. M. da Mota  
Wilson Carvalho Moreira

### DIRETORIA EXECUTIVA

**Presidente**  
Cid Jorge Haui

### Vice-Presidente

Andral de Mattos Reis  
**Diretor Administrativo**  
Omar V. do E. Santo Junior  
**Diretor Financeiro**  
Elias Bueno  
**Diretor Secretário**  
Maria Antônia B. da Silva  
**Diretor Sócial, Divulgação e Turismo**  
Hélcio da Rosa Martins

### Diretor cultural

Murilo Moreira Veras  
CONSELHO FISCAL  
*Efetivos*  
José Augusto A. Barros  
Cairo Túlio C. de S. Cordeiro  
Pedro Ferreira Couto  
*Suplentes*  
Francisco de A. S. P. de Castro  
Jamil Antonio Helou  
Moizés Romão Damaso Filho

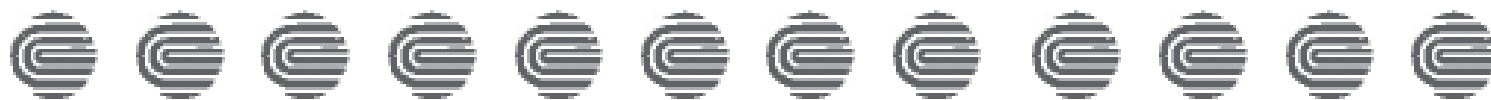
### Endereço da ABACE

SCS Q.8. Bloco B60,sala 501  
Ed. Venâncio 2000 - Brasília - DF CEP.: 70333-900  
Telefones (61) 3323-1390  
(geral) e Fax: (61) 3323-7257  
Site: <http://www.abace.org.br>  
e-mail: [abace@abace.org.br](mailto:abace@abace.org.br)  
**Tiragem:** 2 mil exemplares  
**Jornalista Responsável:**  
Maria da Soledade Teixeira

### Projeto Gráfico:

Cid Jorge Haui  
**Edição eletrônica:**  
Raphael S. de Luccas  
**Manipulação de Imagem:**  
Francisco Araújo  
**Fotos:** Dionizio Lopes de Luccas e Divulgação  
**Revisão e Assessoramento:**  
Roberto Paulo Sholl da Silva

# CENTRUS



## Novos benefícios ainda sob exame

É compreensível a angústia com que parte dos aposentados do regime celetista aguarda a aprovação dos novos benefícios aprovados pelo Conselho Deliberativo da CENTRUS.

No entanto, como já ocorreu por ocasião da recente redução da contribuição de 15% para 7,5%, existe um tempo entre a aprovação pelo Conselho e a implementação das medidas, uma vez que as decisões são submetidas, inicialmente, ao patrocinador, o Banco Central do Brasil, e à Secretaria de Previdência Complementar – SPC.

A CENTRUS encaminhou a proposta ao BACEN que, inicialmente, como se cogitou, pediria a contratação de um atuário independente, no entanto, o Banco preferiu pedir novas informações à Fundação que possivelmente irão gerar um relatório.

A propósito, informações dão conta de que o Banco Central estaria tendente a não aprovar a proposta da CENTRUS sob a alegação de que, “a dívida contraída com a

Fundação, por ocasião da separação entre celetistas e estatutários (RJU) poderiam se agravar e, por via de consequência, trazer prejuízo ao Banco”.

A interpretação atribuída ao do BACEN, teria causado estranheza e até espanto, uma vez que a proposta da CENTRUS reduz a contribuição patronal, não se entendendo como poderia causar prejuízo ao Banco.

A CENTRUS está elaborando uma resposta ao Banco, na qual procura demonstrar exatamente o contrário daquilo que imagina o BACEN.

Estimam, fontes da CENTRUS, que essa fase deverá levar pelo menos uns dois meses, após o que poderia ser encaminhado, pela Fundação à SPC.

Ainda segundo as mesmas fontes, todo o processo poderá levar pelo menos seis meses.

Cabe destacar que, ao revés do que pensam alguns celetistas, não haverá a aplicação de retroatividade, neste caso, uma vez que as medidas aprovadas pela CENTRUS só entrarão em vigor, para todos

os efeitos, após sua aprovação pela SPC.

Desse modo, só resta ter paciência, aguardar e confiar no melhor. Vale dizer que a CENTRUS, desde janeiro deste ano, já teria condições de pagar tão esperado abono.

## Matéria publicada no Correio Braziliense de 10.02.2006

### Nota de Esclarecimento

A Fundação Banco Central de Previdência Privada – CENTRUS esclarece, a propósito de matéria publicada pela imprensa sobre ação civil pública do Ministério Público Federal contra Dirigentes da Fundação, que:

1. O recolhimento de verbas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de diretores e ex-diretores da CENTRUS foi efetuado nos termos da legislação trabalhista vigente, válida para todo e qualquer empregado, seja qual for a sua função.

2. A determinação de efetuar o pagamento foi feita em 1991 pelo então Conselho

Curador da CENTRUS, época em que nenhum dos atuais diretores e membros do Conselho Deliberativo atuava na Fundação. Essa decisão do Conselho Curador foi homologada à época pelo Banco Central, patrocinador da CENTRUS, por estar prevista em lei.

3. Em 2005, constatou-se que o recolhimento do FGTS não vinha sendo feito isonomicamente, para todos os diretores. Atendendo à diretriz fixada em 1991, o Conselho Deliberativo determinou, então, a equanimidade de recolhimento das verbas do FGTS para os diretores, após solicitar pareceres à Consultoria Jurídica da CENTRUS e à consultoria jurídica externa, que atestaram a legitimidade desse direito. Ressalte-se que nenhum dos diretores enquadrados no restabelecimento desse direito participou do processo de decisão.

4. O recolhimento de valores retroativos, inclusive a ex-diretores, cumpriu direitos adquiridos, em face de determinação da CENTRUS, nesse sentido, desde 1991. Tais direitos poderiam ser exercidos por via judicial a qualquer momen-

to, inclusive com pesadas multas por não ter ocorrido o recolhimento no seu devido tempo.

5. Sobre o caso, a CENTRUS prestou todas as informações solicitadas, em procedimento de rotina, pela Procuradoria da República e confessa-se surpresa com a ação proposta, uma vez que em nenhum momento foi alertada sobre eventual violação de princípio legal e nem proposto qualquer termo de ajustamento de conduta.

6. A CENTRUS repudia a caracterização do caso como improbidade, enriquecimento sem causa ou recebimento indevido, alegados na matéria, até porque, além de estarem em conformidade com a lei, os recolhimentos foram depositados em conta vinculada do FGTS.

## Rentabilidade de janeiro foi de 6,96%

### NOVO RECORDE

A CENTRUS, em janeiro, apurou rentabilidade de 6,96%, resultado 544,44% acima da meta atuarial da Fundação (1,08%).

# CAPEC

## Plano de pecúlio mudou.

## Veja como ficou a nova tabela

Com a implementação das mudanças, foi possível reajustar os valores dos pecúlios, antiga reivindicação dos participantes. Veja na tabela abaixo, os 5 novos níveis de importância segurada e os respectivos prêmios, com o subsídio do Fundo CAPEC. Tabela com novos valores (a partir de jan./2006).

Tabela com novos valores (a partir de jan./2006)

Plano antigo	Plano novo	Importância Segurada
Ordinário	Júnior	R\$ 20.000
Ordinário + adicional I	Pleno	R\$ 40.000
Ordinário + adicional I e II	Sênior	R\$ 60.000
Ordinário + adicional I a III	Máster	R\$ 80.000
Ordinário + adicional I a IV	Executivo	R\$ 100.000
Invalidez	Invalidez	R\$ 100.000
Especial	Cônjuge	R\$ 100.000
Mantença	Mantença	R\$ 100.000

Plano	Prêmio mensal (R\$)/faixa etária							
	Até 34	35 a 40	41 a 45	46 a 50	51 a 55	56 a 60	61 a 65	acima de 65
Júnior	8,39	12,98	16,08	16,71	16,99	17,30	17,66	18,35
Pleno	16,78	25,96	32,16	35,42	35,98	36,61	37,32	38,71
Sênior	25,16	38,93	48,25	57,86	63,70	68,33	69,40	71,48
Máster	33,55	51,91	64,33	77,14	82,90	84,16	85,58	88,35
Executivo	41,94	64,89	80,41	91,04	92,43	94,01	95,79	99,25
Invalidez	32,00	43,83	55,66	67,49	79,32	91,16	101,21	102,90
Cônjuge/Mantença	23,96	26,11	30,34	34,50	40,71	46,23	47,92	49,64



Por David Falcão,  
Presidente do SINAL

# A campanha salarial de 2005 – o que foi e o que (ainda) está sendo

Um ano depois de iniciarmos nossa Campanha 2005, ela ainda não acabou.

Começou em 21.2.05, com a apresentação, no Apito Brasil 008/05, da Pauta aprovada na 20ª AND (assembleia Nacional Deliberativa). No mês seguinte, foi anunciado pelo governo o famigerado “reajuste” de 0,1%.

Marcamos para o dia 14.4 (Apito 31) uma assembleia nacional para debate da pauta, e apresentação de outros pleitos que o funcionalismo quisesse ver contemplados. Consolidada, após essas sugestões, uma longa pauta, ela foi a referendo numa nova assembleia, em 28.4 (Apito 36).

Compilados os itens, nacionalmente, divulgamos a Pauta Unificada em 19.5 (Apito 43), e a entregamos ao governo em 2.6.05. Isso internamente, porque, como parte da bancada sindical, continuamos nosso trabalho externo, inclusive discutindo emendas à LDO para 2006, com seu relator, deputado federal Gilmar Machado (PT-MG).

O interesse dos servidores em discutir a LDO se baseava na necessidade de prevenir alocação de recursos no Orçamento, para que o governo não pudesse repetir a desculpa de “falta de previsão orçamentária”.

No entanto, mesmo após vários encontros com Gilmar Machado, e tendo, inclusive, seu apoio inicial, assim como de outros parlamentares, as emendas propostas pela bancada sindical foram ignoradas pelo relator. Tentamos apresentar um destaque em separado, mas .....

Em 16.6, tivemos reunião com o BC, em que a pauta foi tratada ponto a ponto. Falou-se do PASBC, do reajuste linear de 57,74%, de alterações no PCS, da modernização do cargo de técnico do BC, de correção de valores então vigentes referentes a alguns benefícios como diárias e auxílios.

Debateram-se também as cláusulas não econômicas constantes da pauta (redução de jornada, reversão de LP convertida em férias, volta do abono-assiduidade, liberação para curso no interesse do serviço, reconhecimento de serviço anterior em empresas públicas, entre outras).

Nossa primeira reunião da Mesa Setorial se deu, no MPOG, em 30.6 (Apito 61, data), e começamos aí a sentir os *nãos* à nossa pauta (Apito 62, 1.7.05). Começamos a caminhar aí para um impasse, dada a resistência do governo para negociar questões salariais para implementação ainda em 2005, e pouca sensibilidade ao atendimento de itens não-econômicos.

Em meio a tantas dificuldades para conseguir um reajuste minimamente razoável diante de pleitos legítimos, alguns ainda egressos de 2004, começa o escândalo do chamado *valerioduto*, e o SINAL foi pressionado para buscar, em juízo, impugnação da Reforma da Previdência (EC 41/03), que teria sido aprovada por força de propinas a parlamentares.

Vimo-nos obrigados a nos mobilizar, e pressionar o governo com mais força. Assim, agendamos nova Assembleia Nacional para o dia 7.7 (Apito 64, de 6.7), que

Em paralelo, o Grupo de Trabalho para estudos do

PASBC, formado por servidores voluntários do Rio de Janeiro, reunidos pelo SINAL, apresentou Voto propondo reestruturação e gerenciamento do Programa, pelo BC, e acompanhamento de sua evolução por cinco meses, para posterior discussão de uma nova tabela de contribuição.

O mês de julho foi incomum no Brasil em 2005. O país, em férias escolares, fez das CPIs na tevê o programa predileto de pais e filhos. Os bilhões de reais espúrios, circulando em malas, malas e roupas íntimas, atordoaram nossos olhos e ouvidos.

No dia 20, em meio a essas verbas voadoras e à teimosia do governo em nada ceder, realizamos assembleias de sucesso em todo o Brasil, usando de muita criatividade, para protestar contra essa má vontade. Àquela altura, o governo continuava negando reajuste linear ao BC, rejeitando nossas demandas de 2004, prometendo ZERO % para 2005 e reajuste para 2006 em *suaves parcelas*. Isso fora o BC considerar, até então, que a reestruturação do PASBC passava, antes de qualquer medida saneadora, pelo aumento de nossa contribuição pessoal. Ou seja, perigava termos *redução de salário*, ainda por cima.

A assembleia realizada em 2.8 (Apito 73, de 3.8) decidiu paralisar parcialmente o BC no dia 10 daquele mês, com presença funcional recorde.

Tínhamos dúvidas sérias sobre o futuro do PASBC; um corte de 50% no custeio em relação ao solicitado pelo BC, o não reconhecimento de pendências da negociação anterior e nenhum vislumbre de acordo sobre aumento das comissões, conforme informação

do Diretor Fleury em visita a Porto Alegre, e a revolta do funcionalismo foi grande. Repercussão intensa na mídia, ironicamente ajudada pelo assalto ao cofre do BC em Fortaleza.

Tirou-se um indicativo de nova paralisação, desta vez de 24 horas, para o dia 18. A indignação era muita, com montanhas de dinheiro tratadas como milhõezinhos pelos “investigados” da CPI, e o governo a nos negar pleitos legítimos (Apitos 79/80, 16 e 17.8).

A adesão, enorme e responsável, à paralisação de 18.8 – em oito regionais, o Mecir parou inteiramente –, sinalizou mais que uma indignação corporativa ao descaso governamental. Mostrou a rejeição do funcionalismo ao *jeitinho* brasileiro, aos *QIs*, aos *por fora*. Mostrou a face cidadã de um Banco Central revoltado, inclusive com o desmonte da Instituição (Apito 82, de 19.8).

Em 24 e 25.8, novas e firmes paralisações que levam à primeira vitória: um telefonema de Sérgio Mendonça, Secretário de RH do MPOG, para David Falcão, Presidente do SINAL, marca reunião para a quarta-feira seguinte (31.8). Nada estava ganho, até então.

Nessa reunião, foram tomadas as seguintes decisões:

1) a Diretoria do BC elaboraria proposta formal, para encaminhamento ao MPOG e à Casa Civil, contemplando os seguintes pontos:

1. garantia legal de aporte de recursos ao PASBC e contribuição paritária BC/servidores (o Programa não poderia mais ser gratuito);

2. Receita Federal como parâmetro para estudos do PCS do BC, com estudos para

equacionamento de ajustes em relação aos servidores em final de carreira;

3. reajuste de valores de funções comissionadas, dentro de padrões em estudo;

4. impacto orçamentário só para 2006.

3) as entidades sindicais pleitearam resposta ao conjunto da pauta apresentada, entre os quais se destacavam a) a vigência das propostas para 2005, e não 2006; b) índice de reposição salarial;

c) reafirmação a parâmetros de 2004; d) redução da jornada; e) curva salarial dos técnicos de 70% do salário dos analistas; f) reconstituição do PASBC, com revogação de artigos do regulamento que criam despesas e retiram benefícios para/do funcionalismo e g) revisão do desconto dos dias de paralisação dos servidores 18, 24 e 25.8, para posterior discussão durante as negociações.

Publicamos Apitos especiais esmiuçando os termos da proposta colocada na Mesa Setorial pelo governo – sobre PCS (89, 8.9), PASBC (91, 13.9), na expectativa de discutir todos na reunião, que ficara pré-agendada, para 14.9. No entanto, a reunião foi transferida para o dia 22, em flagrante desrespeito ao funcionalismo e falta de consideração ao Sindicato – que dispendeu recursos inúteis enviando a Brasília seus dirigentes.

O CN do SINAL indicou, por esses motivos, greve por tempo indeterminado se a reunião não ocorresse até 16.9, a data-limite anteriormente acordada.

Assim, em assembleia realizada em 16.9 (Apito 94, data), todas as regionais aceitaram o indicativo por ampla

maioria, certas de que negociação salarial é parte intrínseca das relações institucionais e que não estávamos pedindo favor a ninguém, nem agindo contra a necessária ordem. Era a dignidade funcional dos servidores do BC sendo posta à prova, e eles reagiram à altura. Não tendo ocorrido a reunião na data aprazada, a greve começou.

Em 22.9 (Apito 99, 23.9) aconteceu a reunião da Mesa, e o governo apresentou uma proposta divisionista (Apito 100, 26.9), com aumento médio do funcionalismo em 5,5% - incluindo-se aí os novos valores das comissões -, e boa parte dos servidores tenho aumento de menos de 3%. A proposta foi rejeitada no mesmo dia pelos representantes do funcionalismo, e referendadas em assembleias em todo o país.

A indignação, há muito tempo “entalada” na garganta do corpo funcional (Apito 101, 29.9), foi traduzida em incontáveis falas revoltadas, em todas as regionais. O descalço histórico da Direção do BC com seus servidores teve resposta à altura.

Reuniões com o parlamento – inúmeras, no sentido de pressionar o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e o Secretário Sérgio Mendonça a negociar solução para o impasse, exacerbado pelos ânimos alterados do funcionalismo.

O governo foi entendendo a força do movimento aos poucos. Conseguimos reverter o desconto das paralisações de agosto (18, 24 e 25), a continuidade do PASBC ficara garantida, os valores das comissões foram incrementados sensivelmente, o cargo de técnico foi modernizado e a base da GQ de 30% foi ampliada para 20% do quadro (com repiques nas de 15 e 5%).

Isso, apesar de estarmos negociando com a categoria em greve, termos tido um reajuste linear (inicial) de 5,75% e a Gratificação de Desempenho ter sido assunto *tabu*: **nem se cogitou quebrar a pari-**

### **dade ativos/inativos através desse mecanismo.**

Em 4 de outubro - Fizemos uma contraproposta (6,82% lineares a partir de set/05; 15% a partir de jan/06; AE para o restante do funcionalismo (quase setecentos colegas) e restabelecimento de 53% do salário do analista como parâmetro para o do técnico (com indicação de que esse percentual subisse para 60%) (Apito 104, 4.10).

Em 6.10 (Apito 105, da data), completamos dezoito dias de greve, a mais longa, até então, já havida no BC. Colegas foram à Câmara, com faixas e cartazes de protesto, e fizeram presença em reuniões de que participaram o Ministro Paulo Bernardo (com a bancada do PT), e o Presidente Henrique Meirelles, em sua prestação semestral de contas à Câmara.

O funcionalismo de Brasília abraçou o prédio do BC, no dia 10 (Apito 106, de 11.10), em defesa da Instituição, e a Diretoria sentiu sua determinação: completavam-se 23 dias de greve quando o Presidente Meirelles, e parte da Direção, tiveram um encontro com representantes do funcionalismo. Avaliaram-no positivamente, e continuamos pedindo união ao funcionalismo.

Em 17.10, novo encontro para negociação (Apito 108) e, em 21.10.05, após 33 dias em greve, o funcionalismo voltou a seus postos, com ganhos expressivos, apesar de não ter sido atendido em todas as suas reivindicações.

Foram eles:

1. o aumento linear sobre o VB (10%);
2. ampliação de 15 para 20% do quadro com GQ de 30%, que beneficiou de imediato cerca de 500 colegas (250 na GQ de 30% e outros tantos na de 15%);
3. aumento do valor das comissões;
4. equacionamento do PASBC e
5. modernização do cargo de técnico.

No entanto, o Projeto de Lei necessário à implementação das conquistas da Campanha 2005 começou a atrasar, e acabamos por saber que havia três motivos principais para isso:

1.o receio do governo de eventuais reflexos jurídicos, sobre outras categorias, do reajuste linear conquistado pelo BC;

2. falta de parecer técnico sobre aumento de comissões e;

3. sobreposição de tarefas de analistas e técnicos.

A partir de então (Apito 125, 13.12), temos esperado a edição do PL. Telefonemas, tentativas de contato inúmeras foram feitas, inutilmente. Por vias transversas soubemos que o governo estaria cogitando propor uma alteração no acordo fechado: reajuste de 7,5% na tabela de VBs, de fevereiro a maio/06, e o que faltasse para 10% a partir de junho, na forma acordada.

O SINAL entendia que 8%, e não 7,5%, zerariam eventuais perdas pelo atraso na vigência do reajuste, ou a antecipação, para dezembro/05, do aumento das tabelas, o que descaracterizaria o reajuste linear.

De toda forma, entramos em 2006 com prévia do espelho sem novidades, e um silêncio desrespeitoso por parte do governo. Nosso PL não fôra encaminhado, e sequer conseguíamos saber notícias de seu andamento ou paradeiro.

Incerteza e ansiedade passaram a se apoderar, novamente, do funcionalismo: a novela não terminara com o esperado final feliz. Fizemos contatos, pessoais e por correspondência específica, com diversos parlamentares.

Também dirigimos três cartas ao Presidente Meirelles, pedindo sua intervenção num processo negocial que de há muito deveria estar encerrado.

Acabamos por convocar uma Assembleia Geral Nacional para o dia 26.1 deste ano (Apito 003/06), para discutirmos esse atraso no encami-

nhamento de um PL, a cujo teor, até então, não tivéramos acesso.

Nosso mandato para negociação se encerrara em 21.10.05, ao final da Campanha, que acreditávamos vitoriosa. Precisávamos de novo referendo da categoria para a continuidade da negociação.

Os indicativos do Sindicato foram os de denunciar o descumprimento do acordo e deliberar sobre a retomada do movimento no sentido do encaminhamento do PL ao Congresso.

AAGN deliberou, por maioria, a íntegra do indicativo do CN do SINAL, e desde então entramos em alerta máximo quanto aos termos e ao andamento do Projeto.

Nova assembleia realizada em 1º de fevereiro, e votou-se a favor de uma outra no dia 7, já com indicativo de paralisação para o dia seguinte. Uma grande adesão renovou os brios do funcionalismo, e a idéia de paralisar as atividades no dia 8 tomou corpo.

Soubera-se, na véspera, que o acordo ainda nem havia chegado à Casa Civil, que não reconhecia seus termos por não haver participado de sua elaboração, e que não havia prazo de seu envio ao Congresso nacional.

Finalmente, no dia 8, em pleno período de férias escolares, Banco esvaziado com funcionários tentando passar alguns dias de descanso ao lado de seus filhos, e a paralisação foi um sucesso absoluto.

Várias representações do Mecir fecharam, algumas diretórias do BC praticamente paralisaram atividades, e continuamos a exercer nosso esforço junto ao Congresso e às autoridades governamentais.

Marcada nova assembleia para o dia 14, com indicativo de paralisação para os dois dias posteriores, no dia 13 de fevereiro o BC divulgou o inteiro teor do PL, que incluía um artigo prevendo sete cargos comissionados de livre nomeação e exoneração pelo Pre-

sidente do Órgão.

Foi então que depreendemos o motivo de tanta demora: a tentativa de legalização de um precedente que seria histórico no Banco Central.

Nunca tivemos cargos comissionados ocupados por servidores que não fossem da Casa, excetuando-se o Presidente e diretores do Órgão. A indignação foi enorme. Uma única voz, praticamente, se levantou contra essa excrescência: tratava-se de uma “carona” do governo para implantar no Banco Central os cargos em comissão de livre provimento, porteira aberta para futuras nomeações que o funcionalismo repudia veementemente.

A força dessa indignação fez com que o Presidente Meirelles se dirigisse formalmente à Casa Civil, solicitando a retirada do artigo 5º do PL, reconhecendo que essa não foi a melhor forma de encaminhar solução para o problema da segurança no BC, que já tinha sendo apontado em relatório decorrente dos eventos ocorridos em Fortaleza em 2005.

O nosso PL foi, finalmente, encaminhado à Casa Civil.

Leva em seu bojo modificações ao conquistado originalmente. Propõe 7,5% de reajuste, de fevereiro a maio/06, e o que faltar para 10% a partir de junho.

Dispõe sobre a contribuição paritária BC/servidores ao PASBC – vitória nossa – mas retira do Banco a obrigatoriedade de cobrir eventuais futuros déficits, além de manter a modernização do cargo de técnicos e os valores das comissões.

O SINAL não está parado. Nossas gestões se dão diuturnamente. Temos trabalhado e reunido nossos dirigentes em fins-de-semana e feriados. Não temos tido hora para começar ou acabar nosso dia de trabalho em prol do funcionalismo, no sentido de ver, finalmente, o PL encaminhado da maneira mais satisfatória possível.



## CD aprovou convênio com o PASBC

Esta é uma notícia que interessa a todos, particularmente àqueles que residem em cidades não cobertas pelo PASBC.

O Conselho Deliberativo da CASSI aprovou os termos da minuta do convênio a ser assinado com o Banco Central.

Inicialmente, o plano visa atender os funcionários resi-

dentos em cidades, hoje, não cobertas pelo PASBC, não se excluindo a hipótese de ser estendido a todos os funcionários, aposentados, ou não, do BACEN.

O próximo passo será a instalação de um grupo de trabalho misto (PASBC-CASSI) para a troca de informações e de arquivos objetivando sistematizar o convênio. Finda essa

fase o Diretor de Administração do BACEN, e o Presidente da CASSI, assinarão o convênio, cuja implementação se espera, ainda, para este semestre. Falando a respeito, o diretor Fleury declarou que ainda não recebeu o texto aprovado pelo Conselho Deliberativo da CASSI. Assim que tomar conhecimento dos termos, decidirá se o plano, já

nessa fase, vai contemplar funcionários (aposentados, ou não) que vivam em cidades cobertas pelo PASBC. Reafirmou que a contribuição à CASSI deverá ser acrescida de um percentual de 10% , para a criação de um fundo destinado a cobrir grandes eventos. Essa contribuição será uma espécie de seguro para socorrer despesas relati-

vas a grandes eventos sem sacrificar nem o assistido que as efetuou, nem os demais assistidos que ficariam livres de um rateio indesejável. Reafirmou que, se essa experiência se mostrar a melhor para os funcionários, poderá fazer com que o BACEN, no futuro, ouvidos os interessados, transfira para a CASSI a administração do plano de saúde do Banco.

### Literatura:

## IIº Concurso Literário da ABACE

O concurso visa a estimular a produção literária específica dos funcionários do Banco Central, com que se pretendem premiar o espírito criativo e a vocação para o fazer literário entre os seus integrantes, nas modalidades conto, crônica e poesia.

O presente regulamento prevê regras que se aplicam às modalidades, conto, crônica e poesia, dentro das condições cabíveis a cada um desses gêneros literários, como parte de um mesmo conjunto de iniciativas, de realização simultânea.

Constitui o público alvo os funcionários ativos e inativos do Banco Central e os participantes das associações ou entidades de aposentados em todo o território nacional, sejam ou não associados da ABACE, desde que originários do Banco Central ou a este ingressaram,

vindos do Banco do Brasil ou outro órgão similar. É vedada a participação de membros da Diretoria da ABACE e de seus funcionários, inclusive a de seus familiares.

Os vencedores da maratona literária, que serão escolhidos por um seletor júri, formados basicamente por escritores, terão como prêmio a publicação de seus textos em Antologia, com o planejamento, produção e edição a cargo da ABACE e das entidades que mantêm o apoio logístico do evento, além de diplomas e troféus.

O prazo de vigência do presente concurso será de 1.09.05 a 30.06.06. Solicite o seu regulamento, pessoalmente, em nossa sede, no Ed. Venâncio 2000, bloco B-60, sala 501, pelo telefone 3323-1390, pelo e-mail [abace@abace.org.br](mailto:abace@abace.org.br), ou acessando nosso site [www.abace.org.br](http://www.abace.org.br).

### TV ABACE

A ABACE está ultimando os preparativos para dar início a programação da TV ABACE, via Internet, que além dos vídeos e mensagens que já vem apresentando, será muito mais eclética. A TV ABACE fará transmissões de teleconferências para os aposentados em todo o Brasil, em colaboração com o BACEN, apresentaremos noticiosos, entrevistas, palestras sobre saúde, educação, direito e muitos mais.

Como se sabe, a TV ABACE tem coberto diversos eventos, como nossas principais festas, palestras, ações de responsabilidade social, concurso literário etc. A programação terá custo zero e será mais uma prestação de serviço ao associado. Para assistir basta acessar a página da ABACE na Internet, [www.abace.org.br](http://www.abace.org.br).

#### Teleconferências – Parceria Com BACEN

A ABACE está fechando uma parceria com o BACEN, na pessoa do diretor de Administração, João Antônio Fleury Teixeira, para utilizar o auditório do Banco e a TV BACEN para transmitir as teleconferências aos aposentados em todo o Brasil.

# REAJUSTE SALARIAL - RJU

## ÚLTIMAS NOTÍCIAS:

### (1) Artigo 5º será retirado do PL

Os representantes dos três sindicatos do Banco Central tiveram uma reunião, hoje pela manhã, com o Diretor Gustavo Matos do Vale, que substitui o titular da Dirad. Estavam presentes a consultora daquela Diretoria, Carolina Barros, Miriam de Oliveira, Chefe do Depes e o adjunto de seu Departamento, Josias Barreto. Pelo SINAL, presentes o Presidente Nacional, David Falcão, e o Presidente Regional de Brasília, Paulo Calovi.

O Diretor Gustavo comunicou aos presentes que, depois de ouvir os chefes de Departamento, em uma reunião na terça-feira, e a Diretoria, em outra reunião, o Presidente Meirelles se sensibilizou com o repúdio da categoria à introdução, no Bacen, de cargos de livre nomeação.

O Presidente reconheceu que a inclusão do artigo 5º no Projeto de Lei do BC não foi a melhor forma de encaminhar uma solução para o problema da segurança no Órgão, previamente apontada em relatório decorrente dos eventos ocorridos em Fortaleza no ano passado.

O titular-substituto da Dirad comunicou, assim, que o Presidente do Banco Central encaminhará à Chefe da Casa Civil, Ministra Dilma Roussef, correspondência em que solicita a retirada do artigo 5º do Projeto de Lei encaminhado àquela Casa.

David Falcão, ao final do encontro, solicitou ao Diretor Gustavo que essa informação fosse formalizada, pelo Banco, ao funcionalismo, o que foi prontamente aceito pelo Diretor.

### (2) BACEN PEDE SUPRESSÃO DO ARTº 5º DO PL

A respeito das negociações relativas ao assunto em referência, o BACEN expediu o seguinte informativo DIRAD/DEPES, nesta data (16.02.2006):

#### INFORMATIVO DIRAD/DEPES, de 16 de fevereiro de 2006

O Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, em conjunto com os demais diretores, decidiu solicitar à Casa Civil da Presidência da República a supressão do artigo 5º do Projeto de Lei que trata do Plano de Carreiras dos Servidores do Banco Central do Brasil e dá outras providências, encaminhado anexo a EM Interministerial nº 021/2006/MP-BCB, de 08.02.2006, ainda a ser remetido ao Congresso Nacional.

Decidiu, ainda, continuar buscando alternativas ao previsto no citado artigo, inclusive envolvendo a contratação de especialistas externos por tempo determinado, com vistas à estruturação, com a urgência que o caso requer, de unidade específica para a administração da segurança do Banco Central, a exemplo do que já ocorre em bancos centrais de outros países, que contam com área de segurança estrategicamente organizada.

O Presidente Henrique Meirelles, reiterando o afirmado em reunião com parlamentares e entidades sindicais representativas dos servidores desta casa, continuará trabalhando para que o citado projeto de lei seja encaminhado ao Congresso Nacional, pela Casa Civil da Presidência da República, no menor espaço de tempo possível.

**Antonio Gustavo Matos do Vale**

*Diretor de Administração, substituto*

**Miriam de Oliveira**

*Chefe do Depes*

### (3) COM A PALAVRA O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

O Diretor de Administração do BACEN, João Antônio Fleury Teixeira, informou que o projeto de lei se encontra na Casa Civil, com as alterações negociadas. Destacou que o mais importante para ele, nessa negociação, e que representa um ganho extraordinário, é a contribuição paritária, entre as partes (Banco e funcionalismo) para o PASBC.

Fez questão de esclarecer que, por exigência legal, o Projeto de Lei somente poderá ser encaminhado ao Congresso após a aprovação do Orçamento pelo Congresso Nacional.

## TURISMO



## Viagem à Grécia tem boa procura



Como já era de se esperar, a procura pela viagem à Grécia, com extensão à Roma e a outras cidades européias, está muito boa. É o sonho de muita gente. E a Grécia é, na realidade, um dos destinos turísticos mais procurados do mundo.

A grande vantagem de se viajar com a ABACE é a homogeneidade do grupo, que é exclusivo da Associação e, sobretudo, o preço, sempre mais baixo do que o praticado pelo mercado, desde que comparado com a mesma qualidade que sempre é ofertada pela ABACE.

A excursão, que está sendo cuidada com muito carinho, é

aberta aos associados de todo o Brasil, bem como aos seus dependentes e acompanhantes, sem nenhum acréscimo de preço.

Corra e faça logo sua inscrição pelo telefone 3323-1390, pelo Email: abace@abace.org.br ou pessoalmente na sede da ABACE, no Ed. Venâncio 2000, bloco B-60, sala 501.

Nos próximos dias a ABACE informará todos os detalhes da viagem, como data, preço, duração, hotéis, atrações etc. Com relação à data, atendendo a pedidos a excursão deverá sair no fim da primavera, início do verão, sem alteração do preço final.

## IMPOSTO DE RENDA

# Correção da tabela é retroativa a 1º de fevereiro

Jornal do Comércio do Rio  
17/2/2006

**Dedução com dependentes sobe a R\$ 1.516,32 e limite de desconto com educação, a R\$ 2.373,84**

O governo editou ontem a Medida Provisória 280, que corrige em 8% a tabela mensal do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Segundo o secretário-adjunto da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto, o governo deverá arrecadar R\$ 2,1 bilhões a menos do que o previsto neste ano por causa do reajuste da tabela. Com a correção, o limite de isenção passa de R\$ 1.164,00 para R\$ 1.257,12 mensais. A nova tabela tem seus efeitos retroativos ao dia 1º de fevereiro.

A MP também reajustou os valores anuais das deduções, usados na declaração anual de ajuste. A dedução por dependente subiu para R\$ 1.516,32 anuais e o limite para desconto de gastos com educação passou a ser R\$ 2.373,84. O desconto-padrão para quem declara pelo formulário simplificado foi fixado em R\$ 11.167,20. Esses valores, no entanto, só serão usados na declaração de ajuste de 2007, referente aos rendimentos recebidos em 2006.

Além de corrigir a tabela, a MP 280 autoriza o pagamento em dinheiro do vale-transporte utilizado para o deslocamento do trabalhador de casa para o trabalho e vice-versa. Segundo Barreto, essa medida livra as empresas da burocracia de comprar os vales e armazená-los.

Para evitar que o pagamento do vale-transporte em dinheiro seja contabilizado como renda e aumente a tri-

butação sobre o trabalhador, a MP especifica que o valor correspondente a esse benefício não será contabilizado na base de cálculo do Imposto de Renda e da contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). No entanto, o valor entregue ao trabalhador em dinheiro não deverá ultrapassar 6% do valor máximo de contribuição à Previdência - o que hoje equivale a R\$ 160,09.

A data a partir da qual a correção da tabela entraria em vigor foi tema de controvérsia dentro do governo. Havia uma ala técnica defendendo que a nova tabela deveria vigorar só a partir de 1º de março porque não poderia ter efeitos retroativos. No entanto, prevaleceu o entendimento de que a correção valeria a partir de fevereiro. Dessa forma, os contribuintes serão tributados durante 11 meses do ano com base na nova tabela e um mês com base na tabela antiga, sem correção.

### COMPENSAÇÃO

A coordenadora de Tributação da Receita, Regina Barroso, descartou a hipótese de a correção da tabela a partir de 1º de fevereiro criar duas classes de contribuintes, uma dos que receberam o salário de janeiro em janeiro mesmo e uma dos que receberam o salário de janeiro em fevereiro. Ela explicou que valores que eventualmente tenham sido recolhidos a mais ou a menos na mudança da tabela mensal serão compensados na declaração anual de ajuste, a ser entregue entre março e abril de 2007.

Carlos Alberto Barreto disse que não está em análise uma nova correção da tabela.

“A política não é corrigir a tabela conforme a inflação, mas conforme a massa salarial”, comentou. Para demonstrar que a tabela do IR, na avaliação da Receita, não está defasada, ele divulgou uma tabela que mostra que, no Brasil, o limite de isenção (sem contar com a correção da tabela) equivale a 194,11% da renda per capita. No México, o limite é de apenas 7% da renda per capita e na Argentina, é de 85,16% da renda per capita.

### STJ decide que não incide IR sobre previdência privada

Não incide imposto de renda sobre os benefícios de previdência privada obtidos pelos participantes, mesmo após a vigência da Lei 250/1995, em janeiro de 1996. O entendimento é da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça que deu parcial provimento ao recurso de Maria Célia Neves e outros.

O relator, ministro Castro Meira, destacou que é entendimento de ambas as Turmas de Direito Público que nas aposentadorias ocorridas após a vigência da Lei 9.250/1995, deveria ser mantida a isenção quanto ao montante do beneficiado que é revertido para a previdência privada, até porque esse dinheiro já sofreu anteriormente a tributação na fonte. Segundo o ministro, essa interpretação, agora consolidada no STJ, tinha sido questionada pela ministra Eliana Calmon, em um voto, que estabeleceu uma distinção entre os institutos do resgate, rateio e da complementação de aposentadoria e demonstrou que esta última não poderia estar eximida da tributação.

Mas depois o assunto foi examinado pela 1ª Seção que, por maioria, entendeu afastar a tributação pelo imposto de renda até o limite do imposto recolhido sobre as contribuições por ele custeadas no período em que vigorou a Lei 7.713/1988. E foi restabelecido o fundamento de que a complementação da aposentadoria paga pelas entidades de previdência privada é constituída, em parte, pelas contribuições efetuadas pelo beneficiário.

No caso, o recurso foi interposto contra decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região na qual se afirma que o pagamento de complementação de aposentadoria não se confunde com o resgate de contribuições de previdência privada e/ou fundo de pensão como prevê o artigo 8º da Medida Provisória 1459/1996.

No STJ, Maria Célia e os outros recorrentes sustentaram ter sido contrariado o artigo 43 do Código Tributário Nacional. Argumentaram que as contribuições feitas à CAPAF — Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia com o objetivo de complementação de aposentadoria, não podem ensejar tributação. Alegaram, também, que os valores descontados das contribuições para a previdência suplementar para pagamento de imposto de renda teria sido ilegal e deveriam ser devolvidos.

A Fazenda contestou, sustentando que os recorrentes não têm direito à isenção do imposto de renda incidente sobre sua complementação de aposentadoria, por falta de previsão legal.

Revista **Consultor Jurídico**, 20 de fevereiro de 2006.

### INFORMATIVO DEPES-007/2006

A propósito do comprovante de rendimentos a ser fornecido pelo Banco Central do Brasil, relativo ao ano-base 2005, o DEPES informa:

a) o comprovante de rendimentos encontra-se disponível na transação PGRH800, para servidores ativos e aposentados pelo RJU (Opção 6 - Pagamentos, Opção 8 - Comprovante de Rendimentos Pagos e Retenção de IRF);

b) Os servidores aposentados com opção para receber o espelho em sua residência, bem como os pensionistas, receberão o comprovante por meio dos correios;

c) Os aposentados e pensionistas vinculados à CENTRUS, com informações relativas ao PASBC, receberão o comprovante também via correios;

d) Para apuração dos valores foram levados em consideração os períodos abaixo, conforme cada situação:

#### a. Salários

I - Folha normal de dezembro/2004 a novembro de 2005;

II - Folha de pagamentos diários de janeiro a dezembro de 2005;

#### b. Despesas médicas

I - Contribuições, Participação Direta Limitada (PDL) de atendimento na rede credenciada e a reposição de adiantamentos - Verbas transitadas em Folha de dezembro de 2004 a novembro de 2005

II - PDL e glosas relativas a atendimentos em regime de livre escolha - despesas pro-



cessadas de janeiro a dezembro de 2005 e as processadas em janeiro de 2006, com data de atendimento de 2005 (PGRH800, Opção 3 - Benefícios, Opção 10 - PASBC-consulta, Opção 1 - Utilização do PASBC);

e) Os valores pagos pelos servidores a título de ação rescisória 08/94, vinculados ao acerto da MP 45/2002, foram considerados como redução de rendimentos pagos;

f) A gratificação natalina, sendo um rendimento sujeito à tributação exclusiva está sendo informada, por orientação da Receita Federal, pelo valor líquido, ou seja, total recebido menos CPSS, IR, dedução de dependentes, pensão alimentícia e a parcela de aposentadoria e pensão paga a beneficiários com idade superior a 65 anos;

g) O campo pensão alimentícia não inclui o valor pago como pensão sobre a gratificação natalina, uma vez que esse valor foi utilizado como dedução no cálculo de IR sobre o 13º Salário, não podendo ser usado no acerto anual;

h) As informações relativas às despesas médicas estão no campo de "Informações Complementares" do comprovante de rendimentos;

i) As despesas médicas estão sendo informadas de forma separada para o participante titular e para cada beneficiário/dependente inscrito no PASBC, com o objetivo de facilitar o processo de preenchimento da declaração de ajuste anual do imposto de renda pessoa física;

j) O valor relativo ao titular inclui as contribuições do grupo familiar básico (verba 815), as cobranças das par-

célas de adiantamentos (verbas 621 e 623) e a cobrança da participação pessoal direta limitada (PDL) decorrente da utilização feita pelo próprio titular;

k) As despesas referentes a cada dependente presumido incluem apenas aquelas relativas à PDL e às glosas apuradas em função da utilização de cada beneficiário, tanto no regime de credenciamento como no de livre escolha;

l) As despesas relativas a dependentes não presumidos contemplam as contribuições pagas para cada beneficiário dessa categoria e a PDL apurada em função da utilização de cada beneficiário, tanto no regime de credenciamento como no de livre escolha;

m) A consulta em tela das informações sobre deduções de despesas médicas e pensões alimentícias será feita mediante o acionamento da 'PF5 - Informações Complementares', na transação PGRH800;

n) A consulta e a impressão separada do demonstrativo de despesas médicas dos dependentes poderão ser feitas mediante o acionamento da PF7 - Beneficiário do PASBC, na transação PGRH800;

o) Os participantes que receberem o comprovante pelos correios já receberão, separadamente, os demonstrativos relativos às despesas médico-odonto-hospitalares de cada dependente, separadamente.

Brasília, 24 de fevereiro de 2006

Josias Nunes Barreto  
Chefe do Depes, Substituto

## PASBC

# Ação de celetistas contra cobrança tem decisões diversas

Como se sabe, os celetistas, em sua grande maioria, impetraram ações judiciais contra a instituição da contribuição para o FASPE/PASBC instituída pelo BACEN, o que significou, na prática, o rompimento unilateral do contrato de trabalho que não previa contribuição.

O JORNAL da ABACE procurou os advogados Ricardo e Thiago que patrocinam a causa, recebendo dos mesmos o seguinte e-mail:

"No que diz respeito às ações judiciais que tratam do assunto "FASPE" venho informar que todos os processos encontram-se no TST - Tribunal Superior do Trabalho) para apreciação de recurso de revista. Cumpre dizer que somente a 1ª Turma do TST tem acolhido o nosso pleito, as demais (2ª, 4ª e 5ª) tem posicionamento contrário, à exceção da 3ª Turma que ainda não julgou nenhum dos nossos recursos. Diga-se que a discussão travada trata do tema prescrição. Outrossim, o entendimento do TST sobre tal assunto NÃO será passível de novo recurso, que no caso seria Recurso Extraordinário para o STF."

Veja se seu nome está na relação abaixo:

CLIENTES	Nº PROCESSO - PGBS		
ABÍLIO FÁBIO DE CERQUEIRA	00403-2004-007-10-00-0	MARIA EUGÊNIA AZEVEDO DE SANTA RITA	00485-2004-017-10-00-0
ADÃO CALIL	00560-2004-002-10-00-4	MARIA HELENA CÉRVI DE CAMPOS VIEIRA	00456-2004-005-010-00-9
ALEXANDRE DE ALMEIDA BASTOS	00563-2004-002-10-00-8	MARIA JOSÉ MACHADO	00457-2004-006-10-00-0
ALFREDO PINTO NETTO	00407-2004-012-10-00-4	MARIA LÚCIA WIECHERS MARTINS	01225-2004-007-10-00-5
ALICE MARIA FERNANDES FERREIRA	00483-2004-006-10-00-8	MARIA RAIMUNDA DE JESUS SOUZA MACÊDO	
ANDRAL DE MATTOS REIAS	00408-2004-016-10-00-4	MARTIN WIMMER	00404-2004-009-10-00-8
ANTÔNIO MARIA CLARET DE ASSIS SOUZA	00522-2004-003-10-00-8	MOIZÉS ROMÃO DAMASO FILHO	00504-2004-010-10-00-4
ANTÔNIO NAEGELE LANNES	00408-2004-006-10-00-7	MURILO ROSA VERAS	00406-2004-019-10-00-4
ANTÔNIO SEVERINO DA SILVEIRA	00406-2004-009-10-00-7	NYE MARTINS	00560-2004-001-10-00-8
AURÉLIO BRAZ CORRÊA	00403-2004-013-10-00-2	ODILON GOMES DE OLIVEIRA	01226-2004-018-10-00-3
BENITO LIMA VASCONCELOS	00406-2004-018-10-00-8	ORLANDO FERREIRA DO AMARAL	00409-2004-007-10-00-8
CAIO LUIZ DE SOUZA FARIA	01225-2004-002-10-00-3	OSWALDO ELOY DE CARVALHO	00409-2004-005-10-00-5
CARLOS ALBERTO COSTA CARVALHO	00411-2004-020-10-00-7	OSWALDO MAURÍCIO C. DE ALBUQUERQUE	00458-2004-006-10-00-4
CARLOS EVERALDO ALVARES COIMBRA	00482-2004-016-10-00-0	OSWALDO PINTO RIBEIRO	00412-2004-006-10-00-5
CARLOS ROBERTO SILVA	00416-2004-011-10-00-9	PAULO FERNANDO DE ALVARENGA GAÚDIO	00132-2005-017-10-00-1
CELY MERCÊS PENONI E SOUZA	00630-2004-017-10-00-3	PAUTÍLIO ALVES FILHO	00405-2004-003-10-00-4
CLÁUDIO DA ROCHA BARRIGA	00402-2004-009-10-00-9	PEDRO GHISLANDI NEVES DE OLIVEIRA	00522-2004-011-10-00-2
CONSTANTINO AIRES VIEIRA FILHO	00408-2004-009-10-00-6	PEDRO GOMES DE OLIVEIRA	00405-2004-008-10-00-6
DAICY SOARES TAVARES	00456-2004-013-10-00-3	RAIMUND O NONATO MARINHO CAMPOS	01224-2004-008-10-00-7
DANILLO FERNANDES MAGALHÃES	00199-2005-010-10-00-1	RAIMUNDO PEREIRA BRASIL	00481-2004-009-10-00-8
DARCI ALVES NOGUEIRA	00454-2004-020-10-00-2	RENATO DIAS LARANJEIRA	00403-2004-008-10-00-7
DEANA GLACI MARQUES	00404-2004-017-10-00-2	RENATO NUNES LOPES	00459-2004-007-10-00-5
ÉDIOS RIBEIRO DA SILVA	01225-2004-003-10-00-0	ROBERTO ALVES DE BRITTO	00410-2004-012-10-00-8
ÉDISON FREITAS DE OLIVEIRA	00410-2004-002-10-00-0	RUBÊNS PESSOA DA SILVEIRA	00480-2004-017-10-00-8
ELIEZER BEZERRA	01226-2004-002-10-00-8	SYLVIA AUGUSTA JACARANDÁ DE FARIA	01238-2004-010-10-00-7
ERNANE DE SOUZAABRITTA	00482-2004-012-10-00-5	ULYSSES FROSSARD	01224-2004-014-10-00-9
EVERTON CARVALHO	00406-2004-006-10-00-8	VICENTE DE PAULO COELHO	01227-2004-012-10-00-0
FRANÇOIS VICTOR BOISSOU	00411-2004-018-10-00-0	VICENTE FINAGEIV	00404-2004-012-10-00-0
HANS MARIA PAUL HUBINGER TOKARNIA	00413-2004-016-10-00-7	WAGNER ULYSSES COSTA NETO DE SOUZA	01224-2004-004-10-00-1
HÉLCIO DA ROSA MARTINS	00402-2004-003-10-00-0	WALBER REIS DA SILVA	01224-2004-011-10-00-0
HÉLIO RIBEIRO DE OLIVEIRA	00408-2004-003-10-00-8	WALTER GOMES DE OLIVEIRA	00561-2004-007-10-00-0
ISAAC OHANA	00410-2004-006-10-00-6	WILSON DA SILVA COELHO	00406-2004-020-10-00-4
ISMAEL TORRES DOS SANTOS	00411-2004-01-10-00-8		
JOÃO BATISTA DALVI	00409-2004-004-10-00-9	CLIENTES CUJO PROCESSO	ENCONTRA-SE NA 1ª TURMA TST
JOÃO FERNANDO S. CHARNAUK SERTÁ	00411-2004-019-10-00-7	ALEXANDRE DE ALMENIDA BASTOS	
JOSÉ FRANCISCO DESIDERI SANTORO	00405-2004-007-10-00-0	PEDRO GOMES DE OLIVEIRA	
JOSÉ GOMES DE OLIVEIRA	00411-2004-005-10-00-4	DARCI ALVES NOGUEIRA	
JOSÉ NILTON VAZ DE MELLO	01224-2004-005-10-00-8	ORLANDO FERREIRA DO AMARAL	
JOSÉ RIBAMAR DE SOUZA MARTINS	00624-2004-007-10-00-9	OSWALDO MAURÍCIO CARNEIRO DE ALBUQUERQUE	
JOSÉ RODRIGUES NETO	00638-2004-002-10-00-0	RENATO NUNES LOPES	
JOSÉ ROMERO LIBÓRIO	01223-2004-013-10-00-8	CARLOS EVERALDO ALVARES COIMBRA	
LÉA LYRIO DA SILVA	00457-2004-003-10-00-0	MARIA EUGÊNIA AZEVEDO DE SANTA RITA	
LEONARDO NERY DA FONSECA	00627-2004-018-10-00-6	MOIZÉS ROMÃO DAMASO FILHO	
LEVI CONRADO ELLER	01225-2004-006-10-00-9	EVERTON CARVALHO	
LUIZ CARLOS MARINHO DE BARROS	00405-2004-011-10-00-9		

## Continuam estudos visando revitalização do PASBC

Continuam os estudos relativos à revitalização do PASBC. O diretor de Administração, João Antônio Fleury Teixeira entende que a contribuição paritária que passará a ser feita pelo BACEN dará um alento ao plano de saúde, que passará a ser superavitário, sendo necessário se eleger que despesas serão prioritárias. Segundo o diretor será necessário disciplinar a questão dos adiantamentos para compra de medicamentos, bem como a questão da dentisteria. Defende a idéia da criação de um plano odontológico para atender aos tratamentos mais sofisticados, isto sem deixar de atender pelo plano atual aos tratamentos básicos.

## HUMOR

## Eloquência Singular

**Fernando Sabino**

Mal iniciara seu discurso, o deputado embatucou:

— Senhor Presidente: eu não sou daqueles que...

O verbo ia para o singular ou para o plural? Tudo indicava o plural. No entanto, podia perfeitamente ser o singular:

— Não sou daqueles que...

Não sou daqueles que recusam... No plural soava melhor. Mas era preciso precaver-se contra essas armadilhas da linguagem — que recusa? — ele que tão facilmente caía nelas, e era logo massacrado com um aparte. Não sou daqueles que... Resolveu ganhar tempo:

— ...embora perfeitamente cômico das minhas altas responsabilidades como representante do povo nesta Casa, não sou...

Daqueles que recusa, evidentemente. Como é que podia ter pensado em plural? Era um desses casos que os gramáticos registram nas suas questúnculas de português: ia para o singular, não tinha dúvida. Idiotismo de linguagem, devia ser.

— ...daqueles que, em momentos de extrema gravidade, como este que o Brasil atravessa...

Safara-se porque nem se lembrava do verbo que pretendia usar:

— Não sou daqueles que...

Daqueles que o quê? Qualquer coisa, contanto que atravessasse de uma vez essa traiçoeira pinguela gramatical em que sua oratória lamentavelmente se havia metido de saída. Mas a concordância? Qualquer verbo servia, desde que conjugado corretamente, no singular. Ou no plural:

— Não sou daqueles que, dizia eu — e é bom que se repita sempre, senhor Presidente, para que possamos ser dignos da confiança em nós depositada...

Intercalava orações e mais orações, voltando sempre ao ponto de partida, incapaz de se definir por esta ou aquela concordância. Ambas com aparência castiça. Ambas legítimas. Ambas gramaticalmente lídimas, segundo o vernáculo:

— Neste momento tão grave para os destinos da nossa nacionalidade.

Ambas legítimas? Não, não podia ser. Sabia bem que a expressão “daqueles que” era coisa já estudada e decidida por tudo quanto é gramaticóide por aí, qualquer um sabia que levava sempre o verbo ao plural:

— ...não sou daqueles que, conforme afirmava...

Ou ao singular? Há exceções, e aquela bem podia ser uma delas. Daqueles que. Não sou UM daqueles que. Um que recusa, daqueles que recusam. Ah! o verbo era recusar:

— Senhor Presidente. Meus nobres colegas.

A concordância que fosse para o diabo. Intercalou mais uma oração e foi em frente com bravura, disposto a tudo, afirmando não ser daqueles que...

— Como?

Acolheu a interrupção com um suspiro de alívio:

— Não ouvi bem o aparte do nobre deputado.

Silêncio. Ninguém dera aparte nenhum.

— Vossa Excelência, por obséquio, queira falar mais alto, que não ouvi bem — e apontava, agoniado, um dos deputados mais próximos.

— Eu? Mas eu não disse nada...

— Terei o maior prazer em responder ao aparte do nobre colega. Qualquer aparte.

O silêncio continuava. Interessados, os demais deputados se agrupavam em torno do orador, aguardando o desfecho daquela agonia, que agora já era, como no verso de Bilac, a agonia do herói e a agonia da tarde.

— Que é que você acha? — cochichou um.

— Acho que vai para o singular.

— Pois eu não: para o plural, é lógico.

O orador seguia na sua luta:

— Como afirmava no começo de meu discurso, senhor Presidente...

Tirou o lenço do bolso e enxugou o suor da testa. Vontade de aproveitar-se do gesto e pedir ajuda ao próprio Presidente da mesa: por favor, apura aí pra mim, como é que é, me tira desta...

— Quero comunicar ao nobre orador que o seu tempo se acha esgotado.

— Apenas algumas palavras, senhor Presidente, para

terminar o meu discurso: e antes de terminar, quero deixar bem claro que, a esta altura de minha existência, depois de mais de vinte anos de vida pública...

E entrava por novos desvios:

— Muito embora... sabendo perfeitamente... os imperativos de minha consciência cívica... senhor Presidente... e o declaro peremptoriamente... não sou daqueles que...

O Presidente voltou a adverti-lo que seu tempo se esgotara. Não havia mais por que fugir:

— Senhor Presidente, meus nobres colegas!

Resolveu arrematar de qualquer maneira. Encheu o peito e desfechou:

— Em suma: não sou daqueles. Tenho dito.

Houve um suspiro de alívio em todo o plenário, as palmas romperam. Muito bem! Muito bem! O orador foi vivamente cumprimentado.

*Texto extraído do livro “A companheira de viagem”, Ed. do Autor - Rio de Janeiro, 1965, pág. 139.*

## HISTORINHA

## Você se lembra de Carlito Rocha e de seu cão Biriba?

O Botafogo é conhecido por possuir a mais supersticiosa de todas as torcidas. Dizem que isto se origina no período em que presidiu o clube, o mais supersticioso de seus torcedores, o inesquecível, Carlito Rocha, meados dos anos 40 a meados dos anos 50.

Carlito tinha como amuleto o cãozinho Biriba, que naqueles anos foi mais famoso do que muito craque do clube. Aliás, o treinador poderia barrar quem quisesse, menos Biriba que entrava em campo acompanhando a equipe. Das muitas histórias que se contam

sobre Biriba, separamos duas. A primeira dá conta de que Biriba teria ocupado o lugar de um jogador reserva em avião, para não ficar de fora da excursão da equipe. A segunda diz respeito ao jogo final do campeonato carioca de 1948, do qual o Botafogo se sagraria campeão vencendo o Vasco por 3 a 1. Os jornais da época, falam de uma suspeita de tentativa de se matar o Biriba com comida envenenada, logo ele que só comia carne de primeira. Dizem que Carlito Rocha não teve dúvidas: nomeou um voluntário para provar a ração. Acredite se quiser.



# Federação das associações de aposentados tem novo presidente



*A Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco Central – FASBACEN tem novo presidente. É ele Cid Jorge Haui que, também, acumula a função de presidente da ABACE.*

*Para exercer o cargo de presidente da Federação é condição indispensável ser presidente de uma das entidades de aposentados.*

*O novo presidente falou ao Jornal da ABACE sobre suas prioridades.*

**JA - Qual é a sua meta principal?**

CJH - Tenho como meta principal promover um acordo que ponha fim às demandas judiciais que hoje impedem à CENTRUS de realizar eleições para a escolha de novos conselheiros.

**JA - Mas isto foi tentado sem sucesso, recentemente. Por que o senhor acha que poderá obter sucesso agora?**

CJH - Eu imagino que o ambiente é muito favorável para um acordo. A propósito, um acordo só se dá quando todas as partes cedem um pouco. Não pode haver nem radicalismo, nem interesse pessoal envolvido nas negociações. Tenho conversado com todas as partes e vejo que todos estão muito conscientes da necessidade do acordo, pois a situação atual não ajuda a ninguém.

**JA - Pode exemplificar melhor?**

CJH - A falta de eleições tem trazido uma distorção na composição do Conselho Deliberativo da Fundação, uma vez que somente os representantes indicados pelo patrocinador, o BACEN, têm sido renovados ao final de seus mandatos, enquanto os demais, que devem ser escolhidos pelos assistidos têm se mantido no cargo, mediante a prorrogação de seus mandatos, por falta de substitutos eleitos. Como se sabe os conselheiros são escolhidos de forma paritária: uns por indicação do patrocinador, o BACEN, outros por eleição.

**JA - Poderia citar outra meta que pretenda atingir?**

CJH - Uma vez que não se pode aumentar o colégio eleitoral, hoje composto por cinco membros, já que somente os presidentes de as-

sociação têm, por uma questão legal, direito à voto, é preciso ampliar a participação de um maior número de pessoas nas decisões da Federação, com a criação de um conselho consultivo, que reunisse, pelo menos, um representante de cada segmento e, sobretudo, de cada localidade onde exista Banco Central.

**JA - Não seria o caso**

**de se estimular a criação de novas associações?**

CJH - É exatamente isto que consta da pauta da próxima reunião, ou seja, estaremos estudando formas de estímulo à criação de novas entidades regionais, o que daria maior representatividade à Federação. A existência da Federação se justifica por exigência legal,

pois só ela pode representar o conjunto das associações. Um de seus papéis, e que não vem sendo exercido a contento, é o de ter assento nas negociações com o governo por demandas salariais, por exemplo. neste mês de março a Federação estará reunida para tratar de diversos assuntos, inclusive a eleição do novo vice-presidente.



# Benefícios da atividade física no processo do envelhecimento

Existem cada vez mais evidências científicas apontando o efeito benéfico de um estilo de vida ativo na manutenção da capacidade funcional e da autonomia física durante o processo de envelhecimento. Além dos benefícios já citados anteriormente pela atividade aeróbia existem também importantes benefícios do treinamento de força muscular no adulto e na terceira idade:

Melhora da velocidade de andar.

Melhora do equilíbrio.

Aumento do nível de atividade física espontânea.

Melhora da auto-eficácia.

Contribuição na manutenção e/ou aumento da densidade óssea.

Ajuda no controle do Diabetes, artrite, Doença cardíaca.

Melhora da ingestão alimentar.

Diminuição da depressão.

Uma das principais causas de acidentes e de incapacidade na terceira idade é a queda que geralmente acontece por anormalidades do equilíbrio, fraqueza muscular, desordens visuais, anormalidades do passo, doença cardiovascular, alteração cognitiva e consumo de alguns medicamentos. O exercício con-

tribui na prevenção das quedas através de diferentes mecanismos:

1- Fortalece os músculos das pernas e costas.

2- Melhora os reflexos.

3- Melhora a sinergia motora das reações posturais.

4- Melhora a velocidade de andar.

5- Incrementa a flexibilidade.

6- Mantém o peso corporal.

7- Melhora a mobilidade.

8- Diminui o risco de doença cardiovascular.

Segundo dados científicos a participação em um programa de exercício leva à redução de 25% nos casos de doenças cardiovasculares, 10% nos casos de acidente vascular cerebral, doença respiratória crônica e distúrbios mentais. Talvez o mais importante seja o fato que reduz de 30% para 10% o número de indivíduos incapazes de cuidar de si mesmos, além de



desempenhar papel fundamental para facilitar a adaptação a aposentadoria.

Este texto, transcrito do artigo - VIDA ATIVA PARA O NOVO MILÊNIO - do Dr. VICTOR MATSUDO - Revista Oxidologia set/out: 18-24, 1999 - Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul - Programa Agita São Paulo, nos remete, mais uma vez, ao nosso programa de atividade física, **gratuito**, denominado **SPA DA ABACE**, que oferece condicionamento físico e ioga de altíssimo nível e oferecerá outras atividades na medida do interesse do associado.

Não deixe passar mais esta oportunidade, que, repisadamente, vimos anunciando. Ligue para a ABACE, 3323-1390 e faça a sua inscrição, sem nenhum pagamento.

## Convênios em vigor

### SAÚDE

#### Psicanalista - Sexóloga

Marta Marques - 9972.0208

#### Cardiologista

Dr. Wladimir Magalhães de Freitas .  
242.4080

#### Oftalmologista

Dra. Maria do Carmo Pinheiro  
224-8392-9628-7440

Interage - Odontologia - 3327.3434

odontologia integrada - 3326.6926

#### Centro Odontológico Probst (Cropol)

Reabilitação oral e estética  
326.5418

#### Cirurgião Dentista

Dr. Robson Alves  
328.1518

#### Clínica Interodonto

Dra. Milene da Rocha e Souza Braga  
248.7432

#### Psicóloga

Alba Lúcia Martins Bastos  
326.0050 - 9903.9625

#### Psicóloga

Maria Nathércia L. Cunha Soares -  
272.6385

#### Psicóloga

Lilian Silva Magalhães  
272.9609 - 9661.4209

#### Psicóloga

Liliana Dutra de Moraes - 9615-4961

#### Psicóloga

Janiber da Silva Barros  
244.0185 - 9983.7056

#### Psicólogo

Vladimir Melo  
Sócio-Gerente da Clínica Sorria Psicologia

Clínica Sorria Psicologia

SCN Quadra 01 Bloco F Sala 416

Ed. America Office Tower - 3327-9781

#### Psicóloga

Marise Israel  
Clínica M. Israel Psicologia  
SGAS 915 Bloco D sala 02 térreo Ed.  
Office Center Brasília-DF Fone: 3346.2727

Clínica Sorria Psicologia - 3327.9781

Clinar - Doença do sono - 3346.6616

#### Academia

RECOR - Reabilitação de Condicionamento  
Físico 3321.2157

#### Óculos e Lentes

Óptica Manhattan - 347.4470

#### Farmácia AVV

(medicamentos a preço de custo)  
342.1101

Farmacoop - Medicamentos - 323.5049

UTI-VIDA - 248.3030

IBEI - 443.1591

#### EDUCAÇÃO

BPA - Informática  
443.5720 - 443.4064

HITEC - Informática

225.7784

#### Aula de Inglês

CLIC - Centro de Línguas do

Candanguinho

344.0402

#### Aula de Italiano

328.3915

#### Aula de Espanhol

244.0171

#### Aulas de Desenho, Pintura e Mosaico:

Informações com Miriam Pereira -

443.5749 - 9604.9495

#### SEGURIDADE

#### Seguro de Vida

Brasil Método Corretora de Seguros  
3274.3837-3274.5212

### Novos Convênios

#### PSICOTERAPIA INDIVIDUAL E DE GRUPO

Dejair Carlos Carvalho SBN Ed. Paulo  
Maurício, sala 903

fone: 326.89519673.2493

#### PSICOTERAPIA INDIVIDUAL E DE GRUPO

Clínica de cardiologia

242-4080244-2498

#### SPA DA ABACE

no clube da Asbac Condicionamento físico,  
ioga, dança de salão e tai chi chuan,  
circulares, artes plásticas, teatro, coral,  
cursos de línguas estrangeiras (Inglês,  
francês e espanhol), grupo terapêutico...  
Informações 323-1390

#### Canil / Veterinária

Canil Cacique

Hospedagem, adestramento, assistência  
veterinária 24 horas, estética canina e  
tele busca - Fones: 8411 5758 Claudio ou  
9982 4298 Israel ,www.canilcacique.cjb.net